

CONSELHO GERAL

Minuta da ata

Reunião de 27 de julho de 2020

1. Regulamento Interno

Analisado o documento, tendo em conta a necessidade da sua atualização e de acordo com as alterações propostas em Conselho Pedagógico, foram ainda sugeridas retificações quanto à redação de alguns artigos. O Regulamento Interno foi aprovado por unanimidade dos presentes na reunião.

2. Orientações para a organização do ano letivo 2020/2021

2.1. Em análise esteve o documento “Proposta para o regime misto no Agrupamento de escolas Madeira Torres”, elaborado para os vários níveis de educação, ensino e formação do Agrupamento, concebido à luz das orientações da tutela, tendo em conta as medidas excecionais de organização e funcionamento para o próximo ano letivo. Em síntese:

- A educação pré-escolar funcionará nos moldes já estabelecidos no final do presente ano letivo.
- No 1.º ciclo, os alunos terão horários de entrada, intervalos e almoço desfasados; haverá bolhas por anos de escolaridade, tanto para as atividades curriculares, quanto de enriquecimento curricular /AEC) e componente de apoio à família (CAF).
- Para os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário, o Agrupamento propõe o funcionamento em turnos de meio dia por níveis de ensino, implementando uma gestão flexível dos espaços de forma a assegurar o cumprimento das orientações da Direção Geral de Saúde, desfasando os momentos de entradas e saídas, intervalos e horas de almoço.
- Na implementação do regime misto, há duas propostas de funcionamento dos momentos não presenciais para os alunos do 3º ciclo e do ensino secundário: uma em que todos os tempos não presenciais são síncronos, e outra em que os tempos não presenciais podem ser síncronos e/ou de trabalho autónomo; nos Cursos Profissionais, todos os tempos não presenciais serão síncronos.
- As salas de menores dimensões (espaços da escola adaptados a salas de aula) serão utilizadas por alunos que beneficiam de medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, por turmas que se encontrem desdobradas, por professores em sessões síncronas com as turmas, por alunos beneficiários da Ação Social Escolar, por alunos em risco ou perigo sinalizados pela CPCJ e por alunos para os quais a escola considere ineficaz a aplicação dos regimes mistos e não presencial.
- Referência ao constrangimento transversal a todos os níveis de escolaridade do Agrupamento para assegurar a escola no regime totalmente presencial, garantindo a higienização constante de espaços e materiais, bem como a vigilância e acompanhamento dos alunos, devido ao atual rácio dos Assistentes Operacionais. Sobre este assunto, o Conselheiro representante do Município informou que a Câmara Municipal de Torres Vedras estava disponível para estudar a possibilidade de colocação de mais Assistentes Operacionais nas escolas.

2.2. Os Conselheiros enaltecem o empenho e profissionalismo da equipa que elaborou este Plano, e aprovaram, por unanimidade, a proposta de organização dos horários em regime misto para o próximo ano letivo.

2.3. Foi redigido um parecer que acompanhará o pedido de autorização a enviar à DGEst pela Diretora e do qual que se transcreve a argumentação:

“Na reunião de Conselho Geral de 27 de julho de 2020, a Diretora do Agrupamento de Escolas apresentou a proposta de organização dos horários para o ano letivo de 2020/2021. Acareada a proposta de funcionamento em regime

presencial para os alunos de pré-escolar, 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, e em regime misto para os alunos do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário apresentada pela Diretora, com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº53-D/2020, verifica este Conselho Geral que:

a) foram respeitados os princípios estabelecidos no número sete daquela Resolução, de entre os quais se destaca o fixado na alínea d), uma vez que está garantido o respeito pela prioridade na frequência de aulas presenciais pelos alunos até ao final do 2.º ciclo, pelos alunos beneficiários da Ação Social Escolar, pelos alunos em risco ou perigo sinalizados pela CPCJ e ainda pelos alunos para os quais a escola considere ineficaz a aplicação dos regimes mistos e não presencial;

b) não é viável o alargamento do horário de funcionamento para além das dezoito horas e trinta minutos nos dias úteis da semana, e/ou para as manhãs de sábado, (hipótese suscitada pelo disposto no número oito da Resolução), uma vez que as escolas do Agrupamento são frequentadas não só por alunos residentes na cidade de Torres Vedras, mas também por alunos residentes nas localidades limítrofes do concelho; para estes últimos, seria extremamente difícil conseguir deslocar-se entre a casa e a escola de transporte público, uma vez os horários dos autocarros escolares não ocorrem a partir das dezoito horas e trinta minutos nos dias úteis da semana, nem nas manhãs de sábado;

c) foi promovida uma gestão dos espaços nos termos previstos no número nove daquela Resolução, não sendo, todavia, possível garantir o disposto na alínea c), atribuindo uma única sala ou espaço por turma porque:

1. há mais turmas do que salas de aula disponíveis;
2. nenhuma das salas de aula comporta mais de vinte e cinco alunos em mesas separadas;
3. há dificuldade em garantir o distanciamento mínimo de 1 metro, dentro das salas de aula.

d) foram acolhidas as possibilidades de reorganização dos horários facultadas na Resolução, com particular destaque para o disposto no número dez alínea b) - funcionamento das turmas em turnos de meio dia -, sendo garantidos inícios diferentes, bem como intervalos e horas de almoço desfasados;

e) estão acauteladas as determinações fixadas no número doze da Resolução.

O Conselho Geral deste Agrupamento constatou a existência de constrangimentos de ordem logística que dificultam a adoção de medidas eficazes de prevenção do contágio por COVID-19, caso todos os anos de escolaridade e turmas funcionem em regime presencial, nomeadamente:

1 – A sobrelotação nas escolas Padre Francisco Soares e Madeira Torres (como é do conhecimento da tutela, num total de mais onze turmas do que o previsto para o seu funcionamento: na PFS existem 31 turmas e a escola tem capacidade para 28 e na MT existem 50 turmas e a escola tem capacidade para 42);

2 – A dimensão das salas de aula (nenhuma sala de aula comporta mais de 25 alunos em mesas separadas): na PFS existem 17 salas de aula normais (49 m²) e 5 salas pequenas (<30 m²) e na MT existem 7 salas grandes, 8 salas normais e 10 salas pequenas ou muito pequenas (<30 m²), excluindo as salas específicas;

3 – A dificuldade em garantir o distanciamento mínimo de 1 metro, dentro das salas de aula;

4 – O parecer do Delegado de Saúde que, após visita às escolas, determinou que as salas pequenas (< 30m²) não podem ser utilizadas pelas turmas com dimensão regular. Todas as turmas das duas escolas têm turmas com número regular de alunos ou superior.

5 – A dificuldade em garantir o adequado arejamento natural das salas de aula, porque muitas janelas não abrem;

6 – A existência de apenas duas casas de banho com quatro lavatórios e duas casas de banho com dois lavatórios na Madeira Torres, sendo que uma é para alunos com necessidades específicas; e quatro casas de banho com dois lavatórios na Padre Francisco Soares, sendo que uma é para alunos com necessidades específicas. As casas de banho da MT servem aproximadamente 1300 alunos e as da Padre Francisco Soares servem aproximadamente 700 alunos.

7 – A ausência de assistentes operacionais em número suficiente para assegurar a correta desinfecção de todos os espaços se todos os alunos frequentarem a escola em regime presencial.

8 – A impossibilidade de garantir transporte público aos alunos das localidades limítrofes da cidade, no caso de um funcionamento noturno e/ou aos sábados.

Parecer:

Considera este Conselho Geral estarem reunidas as condições previstas para a aplicação do regime misto como disposto no número onze da Resolução, uma vez que, devido à pandemia da doença COVID-19, é impossível manter a totalidade dos anos de escolaridade em regime presencial, por não ser possível ou suficiente a adoção das medidas relativas ao horário de funcionamento, à reorganização dos horários escolares e à gestão dos espaços escolares e à sua necessária desinfecção.”

3. Critérios para a formação de turmas 2020/2021

Foi dado, de forma unânime, parecer favorável à execução dos critérios aprovados em Conselho Pedagógico.

4. Atividades de Enriquecimento Curricular do Agrupamento para o ano letivo 2020/2021

A Diretora informou que, a partir do ano letivo 2020/2021, entra em vigor para o 3º ano o disposto no artº 38º conjugado com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho, pelo que as duas horas de Inglês deverão ser incluídas nas 25 horas letivas previstas. Daqui decorre que a oferta de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) aumenta em duas horas semanais para os alunos deste ano de escolaridade. Esclarecidos os Conselheiros, foi aprovada, por unanimidade, a proposta para os domínios de oferta das Atividades de Enriquecimento Curricular do Agrupamento, para o ano letivo 2020/2021, e a respetiva duração diária e semanal:

- **Domínios da oferta semanal para 1º e 2º anos:** Atividade Física e Desportiva (duas horas); Triângulo das Artes (uma hora); Um Do Li Tá (duas horas).
- **Domínios da oferta semanal para 3º ano:** Atividade Física e Desportiva (duas horas); Música (uma hora); Voleibol (uma hora); Um Do Li Tá (uma hora).
- **Domínios da oferta semanal para 4º ano:** Atividade Física e Desportiva (uma hora); Música (uma hora); Voleibol (uma hora).

5. O Conselho Geral torna pública uma nota de agradecimento aos Conselheiros Martim Garrido e Sara Faria pelo empenho e contributo no exercício das suas funções como membros representantes dos alunos.

Torres Vedras, 29 de julho de 2020

A Presidente do Conselho Geral

(Cristina Isabel Ferreira de Almeida Santos)